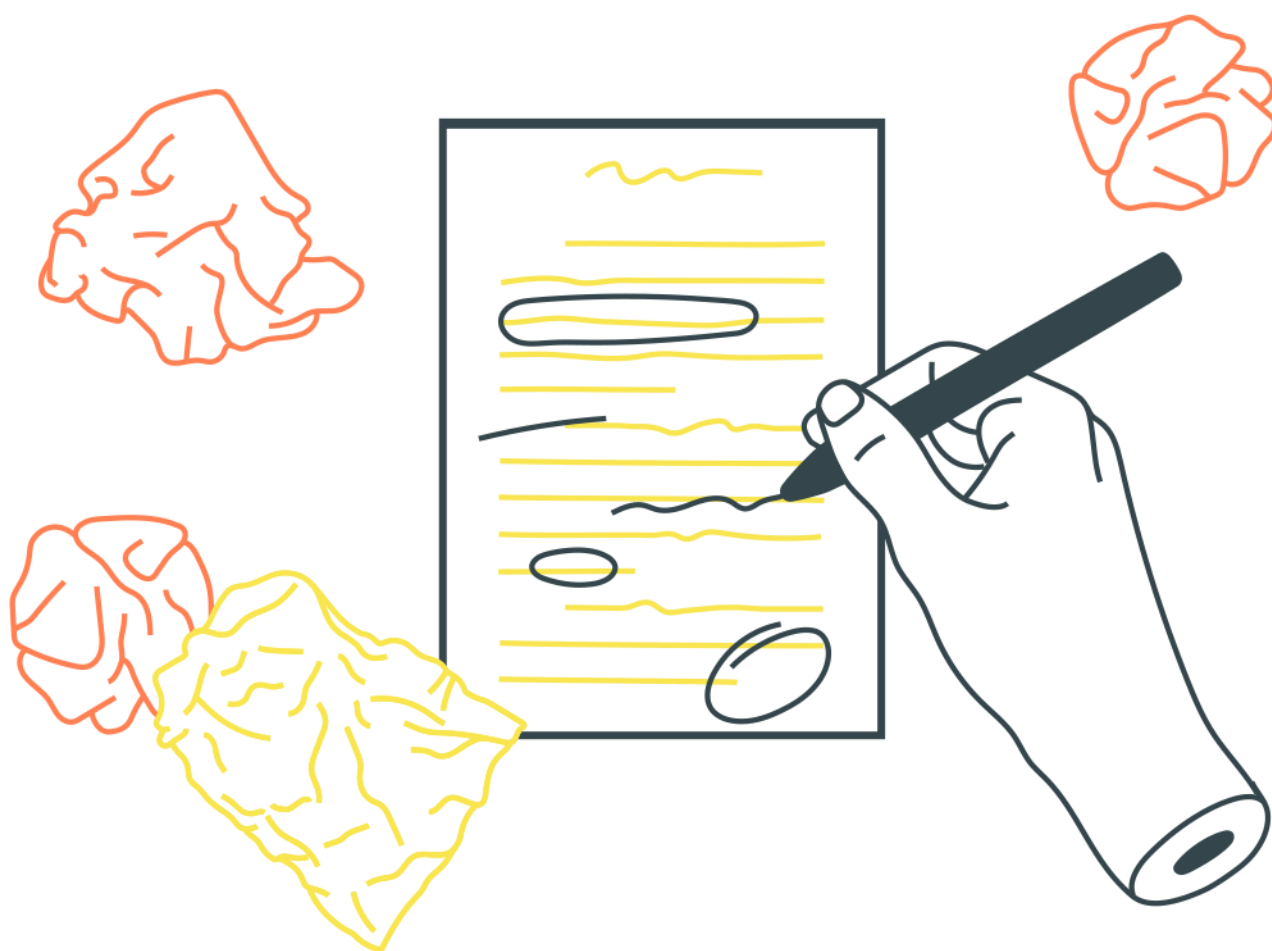


Discussão de temas 8



Discussão de temas 8

Texto 1

A lei e o terror

Um dos efeitos colaterais adversos do massacre da sexta-feira 13, em Paris, pode ser a aprovação, na Câmara dos Deputados do Brasil, do projeto de lei que tipifica o crime de terrorismo. O ataque deu força aos congressistas que querem votar rapidamente a proposta que acaba de retornar do Senado.

Verdade que o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), relator do substitutivo, despiu o projeto original de alguns absurdos –em uma interpretação mais rigorosa, um dos dispositivos poderia equiparar o gesto de pichar paredes a terrorismo.

O resultado, mesmo assim, está bastante aquém de uma peça equilibrada, que melhorasse a legislação penal em vez de piorá-la.

O texto ainda abusa, na definição do tipo penal, de termos vagos como "ato que atentar gravemente contra as instituições democráticas". Nas passagens em que procura ser mais específico, peca por incluir elementos demais.

Num exemplo atual, o ato de invadir e permanecer em escolas públicas, demonstrando extremismo político, não estaria a salvo dessa lei. Um promotor severo poderia tentar enquadrar como terroristas os jovens que protestam contra a reorganização predial do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), sujeitando-os a pena de 16 a 24 anos de reclusão.

Os excessos não terminam aí. Também são despropositados e flertam com a inconstitucionalidade os mecanismos que pretendem punir crimes relacionados. A apologia ao terrorismo, por exemplo –no fundo um delito de opinião–, renderia de três a oito anos de reclusão; o financiamento ao terrorismo, definido em termos vagos, tem pena estipulada de 12 a 20 anos.

Vale lembrar que não há consenso internacional sobre o que seja organização terrorista. Na maioria dos países ocidentais, quem dá dinheiro ao Greenpeace é visto como alguém preocupado com o ambiente. Pelos padrões russos, essa pessoa estaria financiando o terror. De quais critérios nossos promotores e juízes se valerão?

As imperícias legislativas do projeto ficam ainda mais graves quando se considera sua inoportunidade. Qualquer ato terrorista imaginável já está coberto pela atual legislação penal brasileira.

Não se ignora a existência de pressão externa para o Brasil enrijecer as normas de combate ao terrorismo. São compromissos que o país assumiu em pelo menos 15 tratados e protocolos internacionais.

Nada obriga, porém, os parlamentares a aprovar, no calor das emoções despertadas pelos atentados em Paris, um projeto ruim e desequilibrado, que generaliza a suspeita sobre quase todo ato político sem concentrar-se numa efetiva prevenção ao terrorismo.

(<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2015/11/1709613-a-lei-e-o-terror.shtml>)

Texto 2

Quando era candidato, Fernando Haddad (PT) prometeu entregar 243 novas creches à cidade de São Paulo. Como prefeito, conseguiu deixar prontas apenas 34. Atendeu até agora, portanto, meros 14% do seu compromisso com o eleitorado.

Há famílias que esperam até 840 dias –dois anos e quatro meses– para obter esse serviço essencial do poder público, como em Paraisópolis (zona sul da capital).

O efeito dessa omissão pode ser devastador para a economia doméstica. Mães e pais se veem impedidos de permanecer no emprego, por falta de alternativa para cuidar dos filhos. Ou, então, comprometem uma parcela considerável de seus rendimentos contratando serviços precários de vizinhos.

Haddad não foi o único, não foi o primeiro e decerto não será o último político brasileiro a dizer uma coisa e fazer outra. Todos alegam depois, como faz agora o petista, que lhes faltam recursos para saldar a dívida assumida.

Sob esse verniz de argumento irrecorrível oculta-se arraigada irresponsabilidade administrativa. Com sua experiência como ministro da Educação da presidente Dilma Rousseff (PT), o prefeito tinha plena condição de desconfiar que tal meta se provaria irrealizável.

O alcaide contava com as verbas do Proinfância, programa lançado pelo governo federal em 2007 para ajudar prefeituras a construir 8.787 creches. Apenas cerca de 6.300 saíram do papel –o que não quer dizer que estejam construídas, pois várias se encontram em

obras e, de acordo com uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União), até 25% delas estão paralisadas.

Os atrasos não surgiram de forma repentina após 2012, quando se realizavam as campanhas eleitorais nos municípios.

E, se as verbas federais minguaram de modo mais acelerado desde então, o que é um fato, isso decorreu da gestão destrambelhada e populista das contas públicas conduzida pelo governo que Fernando Haddad integrava e pelo partido no qual ainda hoje se abriga.

A prefeitura pondera que há 258.617 crianças matriculadas em creches próprias ou conveniadas e que, dessas, 56.595 foram incorporadas após a última eleição (acréscimo de 28%). Continuam na fila, porém, 151.755 desassistidos.

No ritmo observado nestes primeiros 34 meses do governo Haddad, seriam necessários outros 91 –sete anos e seis meses– para zerar o deficit. Se o prefeito prometer agora alcançar tal resultado até o fim do mandato, ou mesmo se jurar fazê-lo num eventual segundo termo, sobram razões aritméticas para duvidar de sua palavra.

(<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/11/1709612-creches-para-as-calendas.shtml>)

1. Identifique a estrutura e características de um editorial nos textos acima.
2. A última edição deste periódico apresenta mais uma vez um tema relacionado ao tratamento dado ao lixo caseiro, aquele que produzimos no dia a dia. A informação agora passa pelo problema do material jogado na estrada vicinal que liga o município de Rio Claro ao distrito de Ajapi. Infelizmente, no local em questão, a reportagem encontrou mais uma forma errada de destinação do lixo: material atirado ao lado da pista como se isso fosse o ideal. Muitos moradores, por exemplo, retiram o lixo de suas residências e, em vez de um destino correto, procuram dispensá-lo em outras regiões. Uma situação no mínimo incômoda. Se você sai de casa para jogar o lixo em outra localidade, por que não o fazer no local ideal? É muita falta de educação achar que aquilo que não é correto para sua região possa ser para outra. A reciclagem do lixo doméstico é um passo inteligente e de consciência. Olha o exemplo que passamos aos mais jovens! Quem aprende errado coloca em prática o errado. Um perigo!

Disponível em: <http://jornaldacidade.uo.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2012 (adaptado).

Esse editorial faz uma leitura diferenciada de uma notícia veiculada no jornal. Tal diferença traz à tona uma das funções sociais desse gênero textual, que é

- a) apresentar fatos que tenham sido noticiados pelo próprio veículo.
- b) chamar a atenção do leitor para temas raramente abordados no jornal.
- c) provocar a indignação dos cidadãos por força dos argumentos apresentados.
- d) interpretar criticamente fatos noticiados e considerados relevantes para a opinião pública.
- e) trabalhar uma informação previamente apresentada com base no ponto de vista do autor da notícia.

3. A carreira do crime

Estudo feito por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz sobre adolescentes recrutados pelo tráfico de drogas nas favelas cariocas expõe as bases sociais dessas quadrilhas, contribuindo para explicar as dificuldades que o Estado enfrenta no combate ao crime organizado.

O tráfico oferece ao jovem de escolaridade precária (nenhum dos entrevistados havia completado o ensino fundamental) um plano de carreira bem estruturado, com salários que variam de R\$ 400,00 a R\$ 12.000 mensais. Para uma base de comparação, convém notar que, segundo dados do IBGE de 2001, 59% da população brasileira com mais de dez anos que declara ter uma atividade remunerada ganha no máximo o ' piso salarial' oferecido pelo crime. Dos traficantes ouvidos pela pesquisa, 25% recebiam mais de R\$ 2.000 mensais; já na população brasileira essa taxa não ultrapassa 6%.

Tais rendimentos mostram que as políticas sociais compensatórias, como o Bolsa-Escola (que paga R\$ 15 mensais por aluno matriculado), são por si só incapazes de impedir que o narcotráfico continue aliciando crianças provenientes de estratos de baixa renda: tais políticas aliviam um pouco o orçamento familiar e incentivam os pais a manterem os filhos estudando, o que de modo algum impossibilita a opção pela delinquência. No mesmo sentido, os programas voltados aos jovens vulneráveis ao crime organizado (circo-escola, oficinas de cultura, escolinhas de futebol) são importantes, mas não resolvem o problema.

A única maneira de reduzir a atração exercida pelo tráfico é a repressão, que aumenta os riscos para os que escolhem esse caminho. Os rendimentos pagos aos adolescentes provam isso: eles são elevados precisamente porque a possibilidade de ser preso não é desprezível. É preciso que o Executivo federal e os estaduais desmontem as organizações

paralelas erguidas pelas quadrilhas, para que a certeza de punição elimine o fascínio dos salários do crime.

Editorial. Folha de São Paulo. 15 jan. 2003.

No Editorial, o autor defende a tese de que “as políticas sociais que procuram evitar a entrada dos jovens compensatória que aquela oferecida pelos programas do governo”.

Para comprovar sua tese, o autor apresenta:

- a) instituições que divulgam o crescimento de jovens no crime organizado.
- b) sugestões que ajudam a reduzir a atração exercida pelo crime organizado.
- c) políticas sociais que impedem o aliciamento de crianças no crime organizado.
- d) pesquisadores que se preocupam com os jovens envolvidos no crime organizado.
- e) números que comparam os valores pagos entre os programas de governo e o crime organizado.

- 4.** “O ladrão que furta para comer não vai, nem leva ao inferno; os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são outros ladrões, de maior calibre e de mais alta esfera”, escrevia no século 18 o padre Antonio Vieira num de seus “Sermões”. Os ladrões de que falava eram aqueles que “roubam e despojam os povos”. Passados já mais de três séculos, continuam válidas as imprecações que o pregador jesuíta fazia contra os que, servindo-se das facilidades do poder e da posição social, esbulham em proveito próprio os recursos que deveriam ser destinados ao bem-estar coletivo.

Pois é o que infelizmente continuamos vendo. Multiplicam-se Brasil afora denúncias contra desvios de toda ordem e montante, sob as mais diversas modalidades, de recursos públicos – um caudal sem-fim de acontecimentos que, de tão frequentes, já quase não despertam indignação.

Anestesiada, a opinião pública acomoda tais fatos no rol das banalidades – mesmo porque seus autores mantêm-se impunes, acima da lei. “Quantas vezes se viu Roma ir a enforcar um ladrão, por ter furtado um carneiro, e no mesmo dia ser levado em triunfo um cônsul, ou ditador, por ter roubado uma província”, exclamava o padre Vieira.

Inclui-se nessa visão o rumoroso caso do desvio de diárias da Secretaria de Estado da Educação fartamente noticiado durante a semana. Seriam, de acordo com os primeiros cálculos, R\$ 800 mil que saíram dos cofres públicos que, em vez de pagar despesas legítimas de viagens a trabalho de servidores da pasta, serviam para custear gastos tão

alheios à finalidade quanto, por exemplo, o de pagar por serviços de babá. Grande parte das despesas irregulares era coberta pelo uso dos tais cartões corporativos.

As investigações estão sendo dificultadas: nada menos de 17 toneladas de documentos que poderiam levar à comprovação dos desvios e à responsabilização dos agentes públicos que os cometeram – quer os que abusaram diretamente do uso do cartão, quer seus superiores que não exerciam o controle devido – simplesmente foram roubados de um depósito da Secretaria da Educação. A polícia foi acionada para investigar o paradeiro de tais documentos (se é que eles ainda existem) e descobrir os autores e que interesses os moveram para surrupiá-los do arquivo. [...]

As auditorias ainda superficiais feitas na Secretaria da Educação e outras iniciadas em diferentes setores já são suficientes para comprovar a existência e a persistência de irregularidades. O que se espera agora das autoridades é que, ao contrário do que lamentavelmente ocorre no país da impunidade, sejam devidamente identificados e punidos os responsáveis. E não apenas isso, que sejam criadas maneiras mais eficientes de fiscalização dos gastos do dinheiro público para evitar que abusos como esse voltem a ser cometidos em qualquer esfera dos poderes da República.

Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?tl=1&id=1033692&tit=Ladroses-de-alta-esfera> . Acesso em: 09 ago. 2010.

O texto que você acabou de ler é um editorial do jornal Gazeta do Povo. Qual das opções a seguir define melhor esse gênero?

- a) É um texto de opinião assinado por um jornalista renomado, cujo objetivo é apresentar e debater a opinião dessa pessoa ilustre sobre um tema de relevância social, política ou econômica.
- b) Trata-se de uma reportagem mais elaborada, pois, além de apresentar os fatos de forma extensa e aprofundada, oferece também a opinião do veículo de comunicação.
- c) É uma notícia mais detalhada, uma vez que apresenta fatos relevantes para a sociedade de forma mais demorada, o que envolve a apresentação de gráficos e tabelas, porém, valendo-se sempre de uma linguagem objetiva e imparcial.
- d) Como as crônicas, os editoriais apresentam um ponto de vista único sobre o objeto em discussão, portanto, trata-se de um texto de caráter ficcional cuja intenção é divulgar a opinião do jornal.
- e) É um texto de caráter opinativo, geralmente não assinado, cuja intenção é apresentar a opinião do veículo de comunicação acerca dos fatos mais relevantes no ambiente político, social e econômico.

- 5.** A linguagem dos editoriais tem as seguintes características. Explique cada uma delas e exemplifique com trechos do texto:
- a) Busca pela impessoalidade
 - b) Topicalidade
 - c) Condensabilidade
 - d) Plasticidade

Proposta de redação adaptada

Leia os textos abaixo e siga as instruções. A leitura da coletânea é obrigatória. Ao utilizá-la, você não deve copiar trechos ou frases. Quando for necessária, a transcrição deve estar a serviço do seu texto.

TEMA: Amor na contemporaneidade: condição para a realização pessoal ou aprisionamento de subjetividades?

Texto 1

Todo o amor que houver nessa vida

Cazuza/Frejat

Eu quero a sorte de um amor
tranquilo
Com sabor de fruta mordida
Nós na batida, no embalo da
rede
Matando a sede na saliva
Ser teu pão, ser tua comida
Todo amor que houver nessa
vida
E algum trocado pra dar
garantia

E ser artista no nosso convívio
Pelo inferno e céu de todo dia
Pra poesia que a gente não vive
Transformar o tédio em melodia
Ser teu pão, ser tua comida

Todo amor que houver nessa
vida
E algum veneno antimonotonia

E se eu achar a tua fonte
escondida
Te alcanço em cheio, o mel e a
ferida
E o corpo inteiro como um
furacão
Boca, nuca, mão e a tua mente
não
Ser teu pão, ser tua comida
Todo amor que houver nessa
vida
E algum remédio que me dê
alegria

Ser teu pão, ser tua comida
Todo amor que houver nessa
vida
E algum trocado pra dar
garantia
E algum veneno antimonotonia
e algum...

Texto 2

Nunca ter amado é uma forma terrível de ignorância*Luiz Felipe Pondé*

Somos um nada que ama.

A filosofia da existência é uma educação pela angústia. Uma vez que paramos de mentir sobre nosso vazio e encontramos nossa “verdade”, ainda que dolorosa, nos abrimos para uma existência autêntica.

Deste “solo da existência” (o nada), tal como afirma o filósofo dinamarquês, Soren Kierkegaard (1813-1855), em seu livro “A Repetição”, é possível brotar o verdadeiro amor, algo diferente da mera banalidade.

Sua filosofia do amor é menos conhecida do que sua filosofia da angústia e do desespero, mas nem por isso é menos contundente.

Seu livro “As Obras do Amor, Algumas Considerações Cristãs em Forma de Discursos”, traduzido pelo querido colega Álvaro Valls, maior especialista no filósofo dinamarquês no Brasil, é um dos livros mais belos que conheço.

A ideia que abre o livro é que o amor “só se conhece pelos frutos”. Vê-se assim o caráter misterioso do amor, seguido de sua “visibilidade” apenas prática.

Angústia e amor são “virtudes práticas” que demandam coragem.

Kierkegaard desconfia profundamente das pessoas que são dadas à felicidade fácil porque, para ele, toda forma de autoconhecimento começa com um profundo entristecimento consigo mesmo.

Numa tradição que reúne Freud, Nietzsche e Dostoiévski (e que se afasta da banalidade contemporânea que busca a felicidade como “lei da alma”), o dinamarquês acredita que o amor pela vida deita raízes na dor e na tristeza, afetos que marcam o encontro consigo mesmo. Deixo com você, caro leitor, uma de suas pérolas: “Não, o amor sabe tanto quanto qualquer um, ciente de tudo aquilo que a desconfiança sabe, mas sem ser desconfiado; ele sabe tudo o que a experiência sabe, mas ele sabe ao mesmo tempo que o que chamamos de experiência é propriamente aquela mistura de desconfiança e amor... Apenas os espíritos muito confusos e com pouca experiência acham que podem julgar outra pessoa graças ao saber.”

Infelizes os que nunca amaram. Nunca ter amado é uma forma terrível de ignorância.

Disponível em: <<http://www.paulopes.com.br/2011/06/nunca-ter-amado-e-uma-forma-terrivel-de.html#.UQkRT-Ka5OA>>. Acesso em: 6 fev. 2013. (Adaptado).

Texto 3



Disponível em: <www.imagensporfavor.com>. Acesso em: 6 fev. 2013.

Disponível em: <www.humorxxl.com>. Acesso em: 6 fev. 2013.

Disponível em: <www.orkugifs.com>. Acesso em: 6 fev. 2013.

Disponível em: <www.humorface.com>. Acesso em: 6 fev. 2013.

O *editorial* é um gênero do discurso argumentativo que tem a finalidade de manifestar a opinião de um jornal, de uma revista, ou de qualquer outro órgão de imprensa, a respeito de temas ou acontecimentos importantes no cenário nacional ou internacional. Não é assinado porque não deve ser associado a um ponto de vista individual. Deve ser objetivo e informativo. Além de apresentar opiniões assumidas pelo veículo de imprensa, costuma também resumir opiniões contrárias, para refutá-las.

Imagine que você seja editor de uma revista de circulação nacional e tenha que escrever o editorial referindo-se à matéria principal daquele número da revista, que é sobre o amor na contemporaneidade. Em seu texto, você deve comentar fatos e dados que situem esse sentimento e defender o ponto de vista apresentado na matéria acerca da polêmica existente entre o amor como condição para realização pessoal e o amor como forma de aprisionamento de subjetividades.